



Em cinco anos, STF quer reduzir em 30% o tempo dos recursos

Apesar de não estar submetido às metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal decidiu fazer um [planejamento estratégico](#) para os próximos cinco anos. Até 2013, pretende reduzir em 30% o tempo de tramitação dos Recursos Extraordinários. Até o final de 2009, vai trabalhar para que todos os Agravos de Instrumento e RE autuados até 2005, como prevê a Meta 2 do CNJ, tenham uma resposta.

Há previsão, ainda, de implantação do processo judicial eletrônico (originários) até dezembro deste ano e, no mesmo prazo, concluir o sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico, além de implementar o gerenciamento eletrônico de documentos até abril de 2010. Todas as metas estabelecidas até 2013, aprovadas em sessão administrativa de agosto, estão agora disponíveis no [site](#) da corte.

Entre as 30 metas previstas no planejamento, está também a conclusão até junho de 2010 do projeto de Lei Orgânica da Magistratura e encaminhamento ao Congresso Nacional. E até 2011, se atingido o objetivo, o tribunal vai oferecer atendimento por telefone. A cada dois anos o STF terá de atingir a meta de 70% de servidores satisfeitos com a administração, índice que será medido por pesquisa de clima organizacional. Todo ano ao menos duas ações de qualidade de vida terão de ser feitas. E até 2013, o consumo de água terá de ser reduzido em 10%.

Entre as ameaças ao cumprimento das metas, está a grande demanda de processos, a não observância das decisões da corte, omissão de órgãos legislativos e alterações orçamentárias, de acordo com o diagnóstico feito pelo STF. Há ainda as chamadas “desvantagens internas da organização em relação aos seus objetivos”, em que se incluem a alta rotatividade de servidores, falta de continuidade dos planos da gestão anterior, falta de padronização de procedimentos, falta de espaço.

O chamado PPA está previsto no artigo 165 da Constituição e traz os objetivos da administração pública para um período de quatro anos, como por exemplo, a previsão de recursos públicos para a implementação dos programas governamentais.

O documento aprovado pelos ministros deve ser revisado periodicamente, com a inclusão dos ajustes inseridos no plano a cada dois anos, de forma a coincidir com o início de cada nova administração. Isso, segundo o presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, “tem por objetivo romper com a tendência de descontinuidade dos projetos que existem nos Tribunais”.

Sob a coordenação da Assessoria de Gestão Estratégica, o planejamento 2009/2013 foi construído com base na metodologia do Balanced Scorecard (BSC). O método permite que as unidades atuem de maneira coordenada, com visão estratégica definida. Quatro perspectivas foram consideradas para a elaboração do plano de metas: orçamento; sociedade; processos internos; aprendizado e crescimento.

Há destaque também no plano para as relações institucionais entre os poderes, de forma a fortalecer vínculos e preservar a harmonia entre as instituições.

Clique [aqui](#) para ler o Planejamento Estratégico do STF.

Date Created



09/10/2009